



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

**ATA NÚMERO 06/XII/1ª SL**  
**24.janeiro.2012 – 14h00**

## **REUNIÃO DA MESA E COORDENADORES**

Aos 24 dias do mês de janeiro de 2012, pelas 14:00 horas, reuniu a Mesa e Coordenadores da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### **Ponto único: Deslocações dos deputados no âmbito do programa "Parlamento dos Jovens"**

-----

Antes de entrar na Ordem do Dia, o Sr. Presidente comunicou que a audição do Sr. Secretário de Estado do Desporto e Juventude, por requerimento do PSD e CDS-PP foi agendada para o dia 1 de fevereiro, às 10h00 e a audição do Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, por requerimento do BE, terá lugar no dia 8 de fevereiro, também às 10h00.

O Sr. Presidente começou por lembrar o motivo que justificou a marcação daquela reunião, que se prende com a necessidade de debater a questão das deslocações no âmbito do Parlamento dos Jovens, na sequência do pedido de viatura, por parte da Deputada Ana Drago, para a deslocação a Guimarães, onde participou num debate do referido programa. Lamentou também a falta de discipção em relação à questão em apreço e manifestou à Sra. Deputada Ana Drago (BE) a sua solidariedade pessoal.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha, Coordenadora do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens, comunicou, em síntese, a posição dos Grupos Parlamentares manifestada na reunião do GT, realizada naquele mesmo dia, e defendeu a necessidade de se estabelecer uma regra clara sobre esta matéria, independentemente das restrições orçamentais, visto que em anos anteriores já tinham ocorrido situações idênticas.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) considerou que esta questão não carece de regulamentação, por entender que os Deputado têm direito a reembolso de despesas de transporte sempre que se deslocam em representação da Assembleia da República, como é o caso. Sublinhou ainda que esta é a única forma de evitar que os Deputado dos Grupos Parlamentares mais pequenos fiquem impedidos ou limitados no seu direito de participar, pelo que defende o preenchimento do boletim itinerário, sempre que o Deputado o entender.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou a possibilidade apresentada pelo Deputado Miguel Tiago muito onerosa, entendendo que esta questão deverá ser considerada aquando da distribuição dos convites, devendo os Grupos Parlamentares fazer um esforço para, sempre que possível, indicarem deputados do círculo.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) agradeceu a solidariedade demonstrada e afirmou que o seu pedido de transporte correspondeu a uma necessidade, não pretendendo, com isso, criar uma



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

situação de desigualdade em relação aos restantes Deputados. Afirmou ainda que o Parlamento dos Jovens é um dos programas mais nobres promovidos pela Assembleia da República, pelo que não deverá ser minorizado. Assim, entende que deverão existir regras dignas e adequadas à quantidade de debates.

O Sr. Deputado Rui Jorge Santos (PS) considerou importante perceber o histórico desta questão, entendendo que todos os Deputados deverão ter tratamento idêntico e nenhum deverá ficar limitado no seu direito de participar.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) considerou igualmente importante conhecer o histórico deste processo. Referiu ainda não ter memória de algum Deputado do PSD ter apresentado boletim itinerário, aquando das suas deslocações aos debates, entendendo que o não devem fazer. Considerou ainda que a decisão que venha a ser tomada ultrapassa a Comissão.

Reconhecendo a necessidade de serem definidas regras sólidas, que não criem problemas aos Deputados, e que não discriminem os Grupos Parlamentares mais pequenos, o Senhor Presidente da Comissão sugeriu aos Deputados que discutam esta questão com os respetivos representantes no Conselho de Administração, no sentido de se perceber se a regra deverá ser aplicada a todos os Deputados ou se apenas aos que participam em debates fora do seu círculo eleitoral.

Nesta sequência, foi solicitado que o Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens avaliasse novamente a situação: havendo consenso, proceder-se-á em conformidade; não havendo, o Grupo apresentará de novo a questão à Comissão.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha referiu-se ainda à coincidência de datas das sessões distritais de Bragança, Aveiro, Braga, Açores, Guarda e Setúbal com os testes intermédios de Português e Matemática de 12º ano e fez referência à posição da DREN e da DREC a este respeito, que entendem que deverão manter-se as datas fixadas. Considerando que esta situação pode ser geradora de injustiças, impedindo alguns jovens de participarem nas sessões distritais, propôs que se diligencie no sentido de a Equipa do Parlamento dos Jovens, em articulação com as DRE's, proceder ao reajustamento das datas das sessões distritais.

Reconhecendo a possibilidade de existir algum risco, o Sr. Presidente lembrou que este problema foi já levantado em sessões anteriores, tendo-se concluído que a preocupação não teve confirmação na realidade. Pediu, de seguida, autorização para que a coordenadora da Equipa do Parlamento dos Jovens pudesse prestar alguns esclarecimentos, o que foi aceite.

A Dra. Maria José Afonso começou por agradecer a colaboração dos Deputados nesta fase do programa e esclareceu que a questão da coincidência de datas das sessões distritais com os testes intermédios foi tratada, em devido tempo, com as Direções Regionais de Educação, que asseguraram que as escolas têm perfeita autonomia relativamente aos testes intermédios, pelo que entendem que não existe motivo para reagendar as sessões. Acrescentou que o calendário das sessões resulta de um planeamento organizado com os parceiros e adiantou ainda que não recebeu, até ao momento, quaisquer queixas de escolas ou de professores em relação a esta matéria.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Sra. Deputada Isilda Aguincha referiu ainda que foi alertada para esta questão através de uma petição, que foi lançada na Internet, e lembrou que os testes intermédios passam a ser obrigatórios a partir do momento em que a escola adere à sua realização. Considerou, por outro lado, que as DRE's deveriam ter acautelado esta questão e que esta situação deverá ser monitorizada.

Nesta sequência, o Sr. Presidente propôs que a Comissão dê conhecimento desta preocupação às Direções Regionais de Educação, questionando se entendem que deverão ser alteradas as referidas datas ou se podem garantir que nenhum aluno ficará prejudicado.

A reunião foi encerrada às 15:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de janeiro 2012.

**O (A) PRESIDENTE**

**(JOSÉ RIBEIRO E CASTRO)**

Ata aprovada na reunião de 1 de fevereiro de 2012.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Drago  
José Ribeiro e Castro  
Michael Seufert  
Miguel Tiago  
Nilza de Sena  
Rui Jorge Santos  
Isilda Aguincha